Acta Scientiarum

http://www.uem.br/acta
ISSN printed: 1679-7361
ISSN on-line: 1807-8656
Doi: 10.4025/actascihumansoc.v36i2.24761

Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina

Valéria Silva Ferreira* **e Sandra Cristina Vanzuita da Silva**

*Universidade do Vale do Itajaí, Rua Uruguai, 485, 88302-203, Itajaí, Santa Catarina, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: v.ferreira@univali.br*

RESUMO. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa cujos objetivos eram mapear, caracterizar e analisar o processo de ampliação dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais municipais de Santa Catarina. Com o advento da municipalização do ensino fundamental, as possibilidades do Fundeb e as avaliações em larga escala, as secretarias municipais aderem a sistemas educativos privados, denominados de sistemas apostilados. O assédio sedutor das empresas educativas e a promessa de melhorar índices das avaliações do MEC são hipóteses para o crescente avanço desses sistemas privados nas redes públicas. Em Santa Catarina, não há nenhum estudo que mostre a expansão do setor privado na condução pedagógica pública e suas implicações. Diante disso, consideram-se importantes a condução desta pesquisa e a busca por respostas as seguintes questões: Quais municípios adotam sistemas educativos privados? Quais sistemas são adotados? Que tipos de serviços são comprados? A que níveis de ensino são dirigidos esses sistemas? Quais os argumentos das secretarias de educação para tal opção? Ao refletirmos sobre essas questões, compreendemos os impactos das decisões políticas e as consequências das parcerias público-privadas estabelecidas na administração pública municipal sobre as escolas das redes municipais de ensino em Santa Catarina.

Palavras-chave: público-privado, *kits* pedagógicos, sistema apostilado.

The dissemination of private education systems in the municipal education system of Santa Catarina, Brazil

ABSTRACT. Research results on the mapping, characterizing and analyzing the expansion process of private education system in the municipal educational systems of the state of Santa Catarina, Brazil, are provided. The municipalization of elementary education, the possibilities of Fundeb and large-scale assessments made the municipal educational departments to practice private education systems, also known as 'textbook handout' systems. The allurement of educational enterprises and the promise of improving the Ministry Of Education´s rankings are a working hypotheses for the increasing advance of such private systems in public networks. There is still no study in the state of Santa Catarina on the expansion of the private sector in public pedagogical management and its implications. Therefore, current research is highly important while the following questions may be asked: Which municipalities adopt private education systems? Which systems are adopted? What types of services are purchased? To what level of education are these systems directed? What are the arguments of the Education Departments for such an option? Reflections on these issues bring to the fore the impacts of policy decisions and the consequences of public-private partnerships in municipal management on the municipal education networks in the state of Santa Catarina.

Keywords: public-private joint venture, educational kits, 'textbook handout' system.

Introdução

A educação básica no Brasil, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, sofreu significativas mudanças em sua configuração e seu funcionamento. As reformas advindas dessa lei estabeleceram uma série de regulamentações mobilizadoras de discursos e tecnologias que afetaram as práticas de gestão tanto dos sistemas estaduais quanto municipais de ensino. No bojo desses processos de mudanças, podemos citar a municipalização do ensino fundamental, a criação do Fundeb[1] e as avaliações em larga escala - políticas baseadas na qualidade e na produtividade.

Segundo Haddad e Graciano (2004), as políticas educacionais, citadas anteriormente, trouxeram algumas implicações para a educação brasileira a partir de suas determinações. Dentre elas podemos citar o foco no ensino fundamental regular; a

[1] Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

promoção da flexibilização do sistema, tornando-o omisso a direitos sociais conquistados anteriormente; e o incentivo à possibilidade da privatização de alguns setores. Além disso, há ainda o estímulo a parcerias entre as organizações da sociedade civil não governamental (ONGs, fundações empresariais, movimentos sociais, entre outros) e a educação pública.

Apple (2013) corrobora com essas afirmações complementando que essas políticas têm permitido, de forma intencional, o engendramento de empresas privadas no ensino público. Para Adrião et al. (2009), essa relação não se constitui como uma novidade, pois, com a universalização do ensino, o poder público tem delegado à iniciativa privada a tarefa de atender suas demandas, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, como é revelado nas pesquisas de Sampaio (2000), Dourado (2007) e Campos (1998).

Uma das formas dessa inserção, principalmente no ensino fundamental das redes públicas municipais de ensino, é a compra de sistemas apostilados, denominados também de *kits* pedagógicos. Adrião et al. (2009) revelam em sua pesquisa que os gestores municipais justificam a compra desses sistemas de *kits*, alegando estarem melhorando a qualidade do ensino e construindo uma identidade para a educação municipal. Para Ball (2010), isso indica o efeito de primeira ordem da perfomatividade, ou seja, reorientar as atividades pedagógicas para terem um impacto positivo nas mensurações; e, de segunda ordem, o efeito é sobre a distorção e a alienação do trabalho docente. Diante dessa realidade, o presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo mapear, caracterizar e analisar o processo de ampliação dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais municipais de Santa Catarina no ano de 2012/2013.

Para tanto, neste artigo, apresentaremos o mapeamento do Estado de Santa Catarina, apontando os percentuais de municípios que adotam sistemas educativos privados e quais os argumentos das secretarias de educação para tal opção, já que o Ministério da Educação oferece a todos os municípios brasileiros a adesão ao PNLD[2]. Apontaremos, ainda, quais sistemas são adotados, caracterizando que tipos de serviços são comprados e suas implicações, pois a compra do denominado 'pacote pedagógico' inclui apostilas, livro de orientação ao professor, formação continuada, avaliação etc.

A inserção dos sistemas privados nas redes públicas municipais de ensino: o currículo como mercadoria

Santa Catarina é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizada no centro da região Sul do país, composta por 295 municípios. É o vigésimo Estado brasileiro com maior extensão territorial e o décimo primeiro mais populoso, além de ser o nono mais povoado. Os índices sociais do Estado estão entre os melhores do país e do continente americano. Possui o mais alto índice de expectativa de vida do país, uma das menores taxas de mortalidade infantil e também é a unidade federativa com menos violência, desigualdade econômica, pobreza e analfabetismo do Brasil (IBGE, 2010).

Santa Catarina é considerado um Estado rico e ostenta o sexto maior PIB da federação, com uma economia diversificada e industrializada. Importante polo exportador e consumidor, o Estado é um dos responsáveis pela expansão econômica nacional, respondendo por 4% do produto interno bruto do país (IBGE, 2010). Em 2012, estavam matriculados 851.180 alunos nas 3.376 escolas catarinenses de ensino fundamental, das quais 982 eram estaduais, 2.029 municipais, 364 particulares e uma federal. Quanto ao corpo docente, este é constituído de 28.658 professores, lecionando 17.873 em escolas estaduais, 60 em federais, 22.297 em municipais e 6.301 em particulares (INEP, 2013). É nesse contexto que realizamos esta pesquisa que mapeou os municípios que adotam o PNLD e que adquirem os sistemas apostilados. Além disso, identificam-se quais os tipos de serviços que são comprados e qual a etapa de ensino é mais atingida.

Os contatos eletrônicos foram feitos, em sua grande maioria, por meio da Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCim), no ícone de contato, ou pelo endereço disponibilizado no site, ou por contato telefônico. A falta de um técnico que pudesse responder sobre o PNLD levou a pesquisa telefônica demorar mais que o tempo previsto. Outro dado interessante é que o despreparo dos funcionários das Secretarias de Educação Municipal fazia com que as pessoas confundissem o motivo do contato, entendendo que a pesquisa era do Ministério da Educação, ou que estava sendo oferecido um sistema privado de ensino.

Essas situações levam-nos a refletir que o desconhecimento e o despreparo dos funcionários das instituições públicas contribuem para a entrada dos sistemas privados, pois essas empresas possuem um plano de marketing avançado para a compra de seus produtos. Segundo Neves e Pronko (2008), os

[2] O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político-pedagógico (BRASIL, 2013).

setores modernos e integrados da economia capitalista alimentam-se e crescem apoiados nos setores atrasados e em simbiose com eles. Ou seja, a falta de quadro técnico deixa as secretarias suscetíveis às empresas, as quais trazem uma solução rápida e eficaz, para a falta de uma política curricular consistente e para os problemas enfrentados na prática.

Outra situação que favorece a entrada das empresas privadas no setor público é a falta de orientações advindas do Ministério da Educação, ou ainda orientações genéricas em relação às políticas dos órgãos federais. Parece-nos que, de certa forma, os municípios ficam abandonados, o que nos leva a pensar que estes encontram dificuldades em elaborar suas propostas curriculares para o ensino de nove anos. Tal situação revela-se na pesquisa desenvolvida por Gesser (2010), a qual investigou o projeto curricular para o ensino fundamental de nove anos dos municípios filiados à Associação dos Municípios da foz do rio Itajaí (Amfri), SC. A pesquisadora identificou que o foco do trabalho curricular foi apoiado em uma metodologia de ensino e de avaliação bastante reprodutivista, sendo a lista de conteúdos por disciplinas o norte de todo o trabalho.

Diante desse cenário, consideramos importante perguntar então para os municípios: Quais sistemas são adotados? Que tipos de serviços são comprados? A que etapas de ensino são dirigidos esses sistemas?

Os resultados da pesquisa apontaram que os 295 municípios utilizam os livros do PNLD, ou seja, 100%. Destes, 52 municípios adotam, além do PNLD, os sistemas educativos privados. Esse total representa 18% dos municípios, que adquirem os sistemas apostilados e os implantam nos diferentes níveis de ensino, conforme demonstra a figura 1 a seguir.

Figura 1. Mapa dos municípios catarinenses que possuem sistemas apostilados.
Fonte: Elaborada pelas autoras para fins de pesquisa.

Dispostos no mapa, esses dados revelam uma situação interessante. A maioria dos municípios que utiliza os sistemas apostilados de redes privadas é de pequeno porte e ficam localizados no oeste e no centro-oeste de Santa Catarina. Diante dessa situação, levantamos a hipótese de que atingir municípios pequenos é uma estratégia das grandes empresas, visto que a distância da capital e dos centros de pesquisa das universidades promove certa vulnerabilidade dos profissionais que atuam como técnicos nas Secretarias de Educação.

Outra situação peculiar é que, além de declararem utilizar o sistema apostilado, as secretarias também informaram utilizar o PNLD, o que nos faz refletir sobre os investimentos. Os municípios têm a possibilidade de receberem, e recebem os livros didáticos, mas ainda utilizam a verba destinada à educação para comprar os *kits*. Dale (1994) sinaliza que um dos principais objetivos da Nova Direita é retirar custos e responsabilidade do Estado. Contudo, o que se vê, nesse caso, é o desperdício do dinheiro público e a falta de competência técnica para planejar e gerenciar os recursos destinados à educação. Haddad e Graciano (2004) corroboram com nossas reflexões e alertam que a política educacional adotada nos últimos anos no Brasil não logrou melhorar as condições de vida da população mais pobre, mas contribui para a redução da concentração de renda, além de colaborar para a criação de um mercado educacional extremamente atraente para a iniciativa privada. Ball (2010) acrescenta que o currículo e os serviços educacionais tornam-se oportunidades de lucro e o comércio educacional possui múltiplas facetas.

As reflexões dos autores são traduzidas nos dados. No momento das entrevistas, a maioria dos municípios pesquisados sinalizou que, mesmo que não trabalhassem com o sistema apostilado, já haviam sido visitados por empresas que ofereceram seus serviços. A estratégia é levar alguns representantes da educação das cidades até a sede das empresas, com suas despesas todas custeadas, para visitarem o local onde são produzidos os materiais.

As empresas oferecem, ainda, os materiais personalizados, com a capa e o nome da cidade, tornando o produto mais atrativo politicamente. Algumas cidades, no momento da pesquisa, estavam utilizando um sistema próprio de educação, mas confirmaram estar em fase de orçamento para implantar o sistema apostilado. E vão mais longe: de forma muito naturalizada, afirmam que a implantação foi promessa de campanha de muitos candidatos da região Oeste e meio oeste, regiões estas onde se encontra maior concentração dos sistemas apostilados. Outros municípios revelaram também que muitos candidatos à prefeitura sustentaram a utilização da continuidade do serviço

apostilado como promessa de campanha, o que significaria que os munícipes teriam um ensino igual ao das escolas particulares.

Diante desses dados, afirmamos que, além de mercadoria, a educação nesses municípios é tratada não como um direito, mas como moeda de troca. Oliveira (2009) argumenta que a repetida afirmação de que educação não é mercadoria é mais a expressão de um desejo ou de uma bandeira de luta do que algo que se espelhe na realidade. A educação pode ser aceita apenas como um 'dever ser', como formulação programática. Para o autor, isto é muito perigoso, pois reduz o sentido social da educação aos interesses do lucro, o que representa um empobrecimento, tanto do conceito de educação pública de qualidade quanto de seu sentido para a coesão e para a viabilidade das sociedades.

Sobre a ideia da educação como um direito humano, Dale e Robertson (2011) perguntam: Que direito é esse? Para os autores, deve ser o direito de ter seus próprios conhecimentos situados, levados em conta, ou seja, a escolha do currículo deve ser um ato político, um conceito que possa absorver uma diversidade de sentidos que estão presentes em cada realidade, em cada contexto desses municípios. Isso significa que existe um importante trabalho analítico a ser feito, ao examinar mais de perto os propósitos, os processos, as práticas e os desfechos de cada material que é inserido nas escolas desses municípios.

Sobre essa situação apontada pelos autores, uma questão se coloca: De quem é essa escolha? Segundo os dados da pesquisa, é das secretarias de educação, ou, muitas vezes, a decisão passa pelo próprio prefeito. Podemos então inferir que as escolhas ancoram-se principalmente na ideia de que ter um sistema apostilado representa qualidade no ensino, visto que as escolas privadas, assim o fazem e apresentam bons resultados. No entanto, de que qualidade estamos falando? Segundo Dourado:

A Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos de ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc. (DOURADO, 2007, p. 9).

Segundo o autor, a qualidade pode ser, ainda, definida a partir dos resultados educativos, representados pela performatividade do aluno. Segundo Ball (2010, p. 24-25):

> A performatividade é aplicada através de medidas e metas conforme as quais precisamos nos posicionar, frequentemente de maneiras que também produzem incertezas quanto à forma como devemos nos organizar em nosso trabalho.

São esses resultados que, muitas vezes, impulsionam a compra dos *kits*. Nossa hipótese é que o desempenho nas avaliações em larga escala, principalmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), gera uma pressão nos municípios, que se veem sem propostas curriculares consistentes e apegam-se a materiais prontos que trazem resultados rápidos e eficazes. Essa hipótese revela-se nos dados que apontam a etapa da educação básica mais atingida, que são os anos inicias e finais do ensino fundamental, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Se observarmos a tabela 1 anterior, veremos que a educação infantil aparece em menor escala, o que nos faz inferir que, em muitos municípios, a educação infantil não seja preocupação para investimentos, principalmente quando o assunto é ensino.

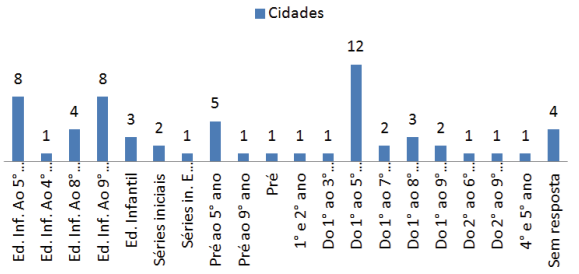

Figura 2. Número de municípios e respectivas etapas da educação básica que utilizam sistema apostilado.
Fonte: Elaborada pelas autoras para fins de pesquisa.

Assim, as referências citadas no início deste artigo com relação ao foco no ensino fundamental materializam-se. Por mais que os investimentos devam ocorrer na educação básica, observamos que a primeira etapa é aquela que nem sempre está presente nos investimentos das secretarias municipais. Por um lado isso é relevante, pois livramos a educação infantil de currículos prontos e formatados, porém relegamos essa etapa de ensino tão importante à preocupação apenas com o investimento em ampliar o atendimento.

A educação como um negócio: a inserção de empresas privadas no ensino dos municípios de Santa Catarina

A educação tem ocupado na sociedade moderna um status privilegiado, pois é apontada tanto por organismos internacionais quanto pelos governos como o setor responsável em transformar a sociedade em um espaço mais justo, igualitário,

humano e desenvolvido (OLIVEIRA et al., 2010). Adorno (1995) afirma que seria por meio da educação que o sujeito poderia emancipar-se e desenvolver sua autonomia, libertar-se e equipar-se para orientar-se no mundo.

Esse é um discurso incorporado pela maioria da população e que poucos têm contestado, pois políticas educacionais e outros aparatos governamentais são criados para que os sujeitos possam passar a maior parte do tempo de sua vida dentro da escola. Para Saviani (2007), esses dispositivos legais são criados, principalmente, com o objetivo de amenizar os desastrosos efeitos sociais causados pelas políticas econômicas que, segundo o autor, mais favorecem os interesses privados do que melhoram a condição de vida das populações menos favorecidas. Nesse sentido, a pesquisa pretende trazer contribuições científicas sobre a aplicação das verbas públicas, dirigida à educação dos municípios catarinenses e compreender como os municípios estão se organizando na formulação de propostas curriculares para a educação básica municipal catarinense, sobretudo para o ensino fundamental de nove anos, assim como os modos que são produzidas e aplicadas essas propostas.

Discutir essas questões é fundamental, pois, segundo Luz (2011), a participação do empresariado nas políticas sociais, em particular nas políticas educacionais, ocorre sob várias perspectivas. Segundo a autora, as muitas empresas de consultoria criam estruturas de análise de dados sobre os índices da educação, financiam publicações de autores do meio educacional, criam e promovem instituições e sistemas educacionais que produzem materiais pedagógicos que são consumidos pelos professores e investidores interessados em ampliar negócios e aumentar capital.

É preciso lembrar novamente que a parceria entre público e privado é uma característica do Estado moderno e pode ser considerada como um fenômeno mundial, diferenciando-se nos anos 1970, consolidando-se nos anos 80 e expandindo-se para todo o mundo a partir da década de 90 (SANTOS, 2007). No Brasil, não foi diferente, diante da ideia de que a administração pública é ineficiente na esfera gerencial (PEREIRA; SPINK, 1988), o Estado passa de solução a problema, pois, na maioria das vezes, tem de lidar com a ineficiência, a burocracia e a impossibilidade de escolha e um sem número de outros males (SANTOS, 2007).

Nessa perspectiva, para lidar com esses conflitos, os sistemas municipais de ensino buscam convênios com instituições privadas, tanto para a formação de seus professores como também para a compra de materiais didáticos. Os dados que seguem (ver figura 3) mostram o panorama dos municípios catarinenses que aderiram ao material didático e as principais empresas.

Figura 3. Empresas de sistemas de ensino privados que atuam nos municípios catarinenses.
Fonte: Elaborada pelas autoras para fins de pesquisa.

Observamos segundo esses dados que a empresa que mais vendeu materiais aos municípios foi a Positivo. Além do material didático, segundo informado pelas secretarias, é fornecida, também, a formação continuada para os professores e o acesso ao site da empresa, que disponibiliza aos professores modelos de aulas e atividades para utilização do material, mercantilizando o profissional público e o conhecimento.

Interessante lembrar que os negócios da Rede Positivo estendem-se, e, segundo o *site* do grupo, a marca Positivo contribui significativamente para o desenvolvimento do Brasil e está presente em mais de 40 países com produtos e serviços desenvolvidos por suas empresas. Segundo o mesmo *site*, a empresa consolidou sua liderança em todas as áreas: ensino, soluções educacionais, tecnologia, gráfica, cultura e entretenimento (POSITIVO, 2014).

Diante de tal situação, perguntamo-nos: Qual seria então a solução para esse problema? Frear os investimentos feitos pela política pública no setor privado? Não é tão simples assim, é preciso compreender outro ponto crucial de interesse nessa situação. Em entrevista à revista *Educação*, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão, afirma que

> [...] investir em educação é bom não só para aumentar o capital cultural da sociedade e dos cidadãos, mas também para fazer a roda da economia girar (ABRAHÃO, 2013, s/p).

Segundo o pesquisador, os economistas apontam que os gastos em educação e saúde são superiores a outras atividades. Um dos

> [...] fatores que contribuem para isso são a alta geração de empregos da educação em comparação, por exemplo, com o setor agrícola altamente mecanizado (ABRAHÃO, 2013, s/p).

O que se se delineia a educação como um mercado atraente.

No documento produzido pelo IPEA, em que Abrahão é diretor de Estudos e Políticas Sociais, intitulado *Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda, Comunicado n.º 75* (BRASIL, 2011), o instituto revela a importância que os gastos sociais adquiriram no Brasil para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução das desigualdades. O estudo usou como base dados de 2006 e revelou que, para cada R$1,00 gasto com educação pública, gera R$1,85 para o PIB, e o mesmo valor investido na saúde gera R$1,70.

Diante dos dados apresentados pelo IPEA é possível perceber que há um misto entre interesse público e privado nos investimentos em educação, ou, como afirmam Brown e Lauder (2013), consensos e conflitos. Segundo os autores, a abordagem que defende o consenso sugere que a economia do conhecimento representa o pináculo de um processo histórico, qual seja: desempenhar um papel cada vez mais central de desenvolvimento econômico e de justiça social - o que, por sua vez, levaria a maiores oportunidades para a mobilidade social ascendente e uma redução da pobreza à medida que as pessoas têm mais educação. Além do que, nesse processo, também se modificam as relações de poder.

Entretanto, de acordo com os autores, é preciso ir além, pois a educação deve ser entendida como um local de lutas, conflitos entre grupos e não apenas como desenvolvimento econômico e justiça social. A complexidade desse campo deve ser vista de forma multifacetada e analisada a partir das desigualdades na educação em relação à classe social, patriarcado e estruturas racistas e, ainda, das políticas criadas pelo Estado.

Para Apple (2002), é preciso ainda entender que,

> Hoy no es distinto que en el pasado. Se ha llevado a cabo una 'nueva' serie de compromisos, una nueva alianza y un nuevo bloque de poder que han influido crecientemente en la educación y en lo social. Este bloque de poder combina diversas fracciones del capital que están comprometidas con soluciones neoliberales de mercado para problemas educativos; intelectuales neoconservadores que quieren una 'vuelta' a estándares altos y a una cultura común; populistas autoritarios y fundamentalistas religiosos que están profundamente preocupados acerca de la secularización y el mantenimiento de sus tradiciones, y fracciones independientes de la nueva clase media, profesionalmente orientada, que está comprometida con la ideología y las técnicas de la contabilidad, la medición y la 'administración' (APPLE, 2002, p. 225, grifos do autor)[3].

Assim, esse novo bloco de poder citado por Apple (2002) tem criado uma série de estratégias para alavancar mercados e torná-los mais atrativos financeiramente, e uma dessas estratégias dá-se por meio do discurso produzido pelas mídias. O que se vê é um grande número de matérias jornalísticas, reportagens em redes de televisão difundindo e vendendo o setor educacional como um mercado em crescimento. Em síntese:

> As parcerias público-privadas são uma forma de organização híbrida, que testa as fronteiras de categorias estabelecidas na economia, no direito, na política, etc. O termo pareceria público-privada subsume um espectro amplo de contratos entre o Estado e agentes privados, remetendo para uma divisão de trabalho entre público e privado, em que este assume a realização de tarefas públicas (SANTOS, 2007, p. 7).

O mercado que explora a educação (CURY, 2001) vale-se dessa ideia e com base nos argumentos das avaliações de larga escala para comercializar os seus produtos comerciais, sobretudo, os denominados sistemas apostilados. A adoção desses sistemas concentra o investimento das verbas municipais nestes *kits* pedagógicos. Concordamos, assim, com a hipótese de Adrião et al. (2009):

> Parece-nos que tais empresas, mais do que meras fornecedoras de materiais e equipamentos, passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública, razão pela qual se tornam 'parceiras' dos governos municipais (ADRIÃO et al., 2009, p. 4, grifo dos autores).

Adrião (2009), Arelaro (2008) e Adrião et al. (2009) investigam esse fenômeno na rede pública de São Paulo, o qual apresenta, desde 1996, uma significativa expansão das responsabilidades do setor público para o privado.

> [...] subvencionando-a, em troca da transferência da lógica de organização privada para o setor público, ao invés de reverter esses recursos públicos para a

[3] Hoje não é diferente do passado. Tem-se realizado um 'novo' conjunto de compromissos, uma nova parceria e um novo bloco de poder que cada vez mais influencia a educação e a sociedade. Esse bloco de poder combina várias facções do capital que estão comprometidas com soluções de mercado neoliberais para os problemas educacionais. São intelectuais neoconservadores que querem um 'retorno' aos padrões elevados e uma cultura comum. Fundamentalistas religiosos, populistas autoritários que estão profundamente preocupados com a secularização e a manutenção de suas tradições. Há ainda facções separadas da nova classe média que são orientados profissionalmente, por um compromisso com a ideologia e as técnicas de contabilidade, mensuração e 'administração' (APPLE, 2002, p. 225, grifos do autor).

> melhoria e/ou consolidação do aparato (ADRIÃO et al., 2009, p. 803-804).

Britto (2011) completa:

> Diversas redes de educação básica, especialmente em municípios paulistas de pequeno porte, passaram a adotar sistemas apostilados, em substituição ao material didático fornecido por meio dos programas do FNDE. Diferentes registros apontam que cerca de um quinto dos municípios do Estado de São Paulo adota esse tipo de material (BRITTO, 2011, p. 14).

Concordamos com Dourado (2007) que a referida expansão articula-se a processos muito mais amplos, que se materializam por meio de políticas aos processos de organização e gestão da educação básica, principalmente nos municípios.

Ball (2013) considera que surge, em muitos contextos em todo mundo, um conjunto de movimentos denominados pelo autor de experimentais e evolucionários, pois envolvem a modernização dos serviços públicos, dos aparatos estaduais e, principalmente, a arquitetura institucional global do Estado e suas escalas de operação. Em termos, isso significa dizer que a nova ordem mundial está permeada pela criação de órgãos executivos, no estabelecimento de parcerias público-privadas, na contratação de serviços estatais para fornecedores privados, consultores e empresas especializadas de conhecimento e pesquisa e avaliação das políticas, nas atividades filantrópicas e no patrocínio para financiar programas e inovações na área da educação, tanto no fornecimento de serviços quanto para tratar de problemas sociais persistentes.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou qualitativa e criticamente os contextos de aplicação da política do ensino fundamental de nove anos de forma a obter dados mais significativos dessa política e agregar resultados às pesquisas quantitativas, realizadas pelos processos de avaliação nacional, haja vista a inexistência de produção a respeito da expansão dos sistemas privados na rede municipal pública no Estado de Santa Catarina. As principais contribuições científicas dessa proposta são disponibilizar dados sobre a aplicação das verbas públicas dirigida à educação dos municípios catarinenses e compreender como os municípios estão se organizando na formulação de propostas curriculares para a educação básica municipal catarinense, sobretudo para o ensino fundamental de nove anos, assim como essas propostas são produzidas e aplicadas.

Como contribuição para a área, nossas reflexões indicam que a implementação das políticas nacionais cria novas narrativas que contribuem para o surgimento de valores e de modos de ação que são criados a partir de uniões e alianças em torno de discursos que apoiam, reforçam e legitimam tomadas de decisões que favorecem os setores privados e o currículo como forma de lucro.

Estudos dessa natureza são fundamentais, pois, como apontam Adrião et al. (2009), as empresas privadas não se configuram como meras fornecedoras, elas passam a influenciar o desenho da política educacional local e a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública.

Acreditamos que esta pesquisa contribuirá, também, com a compreensão dos impactos de decisões políticas e as consequências das parcerias público-privadas estabelecidas na administração pública municipal nas escolas de Santa Catarina e o avanço das empresas de serviços educacionais e a falsa ideia de que são soluções para a melhoria educacional.

Referências

ABRAHÃO, J. **A educação movimenta a economia**. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/167/a-educacao-movimenta-a-economia-233502-1.asp>. Acesso em: 17 set. 2013.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADRIÃO, T. **Relatório final do projeto de pesquisa Fapesp**: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 2009.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas**. Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 799-818, 2009.

APPLE, M. W. Between traditions: Stephen Ball and the critical sociology of education. **London Review of Education**, v. 11, n. 3, p. 206-217, 2013.

APPLE, M. W. Mercados, estándares y desigualdad. Pueden las pedagogías críticas parar las políticas derechistas? **Revísta de Educación, Educación y futuro**, n. 1, p. 223-248, 2002.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

BALL, J. S. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. (Org.). **Sociologia da educação**: uma análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 177-189.

BALL, J. S. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. In: PEREIRA, C. Z. M. (Org.). **Diferenças nas políticas de currículo**. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 21-56.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático** (PNLD). 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=article>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Gastos com a Política Social**: alavanca para o crescimento com distribuição de renda, Comunicado n.º 75. 3 fev. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014.

BRITTO, T. F. **O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados**. Brasília: Centro de estudos da consultoria do Senado, 2011.

BROWN, P.; LAUDER, H. Globalização econômica, formação de habilidade e as consequências para o ensino superior. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. (Org.). **Sociologia da educação**: uma análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 256-279.

CAMPOS, M. M. M. As políticas públicas de educação infantil no contexto da nova legislação educacional brasileira. **Educação em Debate**, São Paulo, 1, p. 21-36, 1998.

CURY, C. R. J. Políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DO OESTE PAULISTA, 3., 2001, Marília. **Anais...** Marília: Universidade Estadual Paulista, 2001. p. 1-3.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 2, p. 109-139, 1994.

DALE, R.; ROBERTSON, S. Pesquisar a educação em uma era globalizante. **Educação e Realidade**, v. 36, n. 2, p. 347-363, 2011.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

GESSER, V. **O projeto curricular para o ensino fundamental de nove anos dos municípios filiados à AMFRI - Associação dos municípios da foz do Rio Itajaí (SC)**. Itajaí: CNPq, 2010.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. Educação direito universal ou mercado em expansão. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 67-77, 2004.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. Brasília: Inep, 2013.

LUZ, L. X. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 437-452, 2011.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; BORDÓN, J. O.; CAVAROZZI, M.; DIDRIKSSON, A.; LESSARD, C.; OLIVÉ, A. M.; MORDUCHOWICZ, A.; CRUZ, J. R.; TEDESCO, J. C.; VOLLMER, M. I. **Políticas educativas y territórios**. Modelos de articulación entre niveles de gobierno. Buenos Aires: IIPE-Unesco, 2010.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

POSITIVO. **Portal Positivo**. 2014. Disponível em: <http://www.portalpositivo.com.br/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SANTOS, S. B. **Parceria público-privadas e justiça**. Uma análise comparada de diferentes experiências. Relatório do observatório permanente da justiça portuguesa. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2007.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDB**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.

Received on July 22, 2014.
Accepted on August 22, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.